ano 20 – n. 77 | janeiro/março – 2022
Belo Horizonte | p. 1-244 | ISSN 1678-7102
R. de Dir. Público da Economia – RDPE

Revista de Direito PÚBLICO DA ECONOMIA

RDPE

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOUTRINA

ARTIGOS

A Constituição Econômica renovada: origens, efeitos e análise prática de um conceito

Egon Bockmann Moreira 9

Introdução 9
1 A ideia de Constituição Econômica: séculos XX e XXI 10
2 As origens da Constituição Econômica: México, Alemanha e EUA 14
3 Os efeitos da Constituição Econômica 18
4 O conceito de Constituição Econômica: dimensões e limites 19
5 Os elementos de um conceito clássico de Constituição Econômica e sua compreensão à luz da Constituição brasileira 21
Considerações finais 28
Referências 28

Cláusulas arbitrais em editais de licitação: crise da autonomia da vontade?

Iara Gubert 31

Introdução 31
1 Pressupostos de existência da cláusula arbitral 33
2 Autonomia da vontade e Estado 36
3 "Arbitragem obrigatória" 41
4 Contratos administrativos e autonomia negocial 42
Considerações finais 44
Referências 45

Mitos, incompreensões e equívocos sobre o uso da TIR – Taxa Interna de Retorno – para o equilíbrio econômico-financeiro de contratos administrativos: um estudo sobre o estado da análise econômica do direito no Direito Administrativo

Mauricio Portugal Ribeiro, Felipe Sande 49

1 Introdução 50
2 Mapeamento dos usos da TIR em concessões e PPPs 51
2.1 A TIR para precificação 52
2.2 A TIR Regulatória 53
2.3 A TIR para Reequilíbrio 53
2.4 A TIR Efetiva 55
3 Mitos, incompreensões e equívocos sobre a TIR 55
3.1 A mecânica de cálculo da TIR e o que ela representa 55
3.2 O funcionamento da conexão entre TIR para Reequilíbrio e distribuição de riscos 57
3.3 Confusão entre a TIR para Reequilíbrio e TIR para Precificação 62
3.4 A proposta de "TIR flexível" como produto de incompreensão sobre o funcionamento da TIR para Reequilíbrio e da TIR Regulatória e da sua relação com a TIR Efetiva 66

3.5 A tese de que a regulação discricionária se caracteriza como objeção à teoria geral do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos, como produto da incompreensão das diferenças de contexto de uso da TIR Regulatória e da TIR para Reequilíbrio 70
3.6 Equívoco em torno da unidade de medida da TIR Efetiva 75
4 Conclusões 76

La planificación de la actividad contractual: asignatura pendiente en España para consolidar una buena gestión integral de los contratos públicos
Patricia Valcárcel Fernández 79

I La importancia de planificar las compras del sector público 79
II Niveles de planificación de las compras públicas, de la planificación "macro" o estratégica a la planificación "micro" u operativa 82
III Exégesis de las obligaciones de planificación se prevé la ley española de contratos del sector pública 84
IV Conclusión 88

Smart cities e contratação pública
Pedro Costa Gonçalves 91

1 Cidades inteligentes 91
2 O apelo ou convocação do setor privado 93
3 A ideia de contratação pública de inovação 94
4 Consulta preliminar ao mercado 96
5 Concursos de conceção e concursos de ideias 97
6 Contratos de aquisição de serviços de I&D 98
7 Parcerias para a inovação 100
8 Diálogo concorrencial 101
9 Outros procedimentos 104
10 Nota sobre o regime substantivo dos contratos com componentes de inovação ... 104

O regime jurídico do contrato de adesão para exploração da infraestrutura ferroviária da Lei nº 14.273/2021
Victor Augusto Machado Santos 107

1 Introdução 107
2 O contrato de adesão para autorização ferroviária na Lei nº 14.273/2021 110
3 A infraestrutura ferroviária na constituição da República Federativa do Brasil: a questão da titularidade e os regimes jurídicos constitucionalmente possíveis de exploração 116
4 Conclusão 123
Referências 124

CADERNO ESPECIAL

PROJETO DIREITO ADMINISTRATIVO DA INFRAESTRUTURA – DAI

Apresentação: o Direito Administrativo da Infraestrutura (DAI)
Marcos A. Perez 129

Vícios ocultos nas concessões para exploração de infraestrutura
Cristiana Fortini, Isabella Rossito 131

1 Introdução 131
2 Bens vinculados à concessão e equilíbrio econômico-financeiro 132

2.1 Os bens vinculados à execução do contrato de concessão 132
2.2 Os contratos de concessão como gênero 133
2.3 Concessão de serviço público precedida da execução de obra pública 134
2.4 As condições da proposta 135
2.5 A caracterização do risco 135
3 O tratamento legal do vício oculto em contratos de concessão 136
3.1 A disciplina civilista 136
3.1.1 Aplicação do Código Civil aos contratos públicos 136
3.1.2 Interferências/sujeições/fatos imprevistos 137
3.1.3 A responsabilidade pela elaboração dos estudos 138
3.2 Critérios econômicos para alocação do risco e o princípio da eficiência 140
4 O tratamento atual nos contratos de concessão de infraestrutura de transporte .. 141
4.1 Concessões rodoviárias federais 141
4.1.1 Primeira etapa 141
4.1.2 Segunda etapa 142
4.1.3 Terceira etapa 143
4.1.4 Quarta etapa 144
4.2 Concessões ferroviárias 145
4.3 Concessões aeroportuárias 146
4.4 Concessões portuárias 148
5 Conclusão 148

Seguro-garantia de obrigações contratuais na nova lei de licitações
Cristiana Fortini, Rafael Grandulpho Bertramello 151

I Introdução 151
II O processo de contratação do seguro-garantia 153
III A diferença entre seguros massificados e grandes riscos 157
IV Seguradora na posição de interveniente-anuente e obrigações do segurado 160
V Suspensão do contrato e da garantia 169
VI Conclusão 171
Referências 173

Alteração da alocação inicial de riscos em contratos de concessão
Guilherme Camargo Giacomini 175

Introdução 175
I A suposta imutabilidade da matriz de riscos 177
II A mutabilidade e o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão .. 178
III Possiblidade de modificação e alteração da alocação inicial de riscos em vista da mutabilidade dos contratos de concessão 180
IV Análise fática da manutenção de matriz de riscos imutável 188
IV.i Equilíbrio econômico-financeiro e a vinculação com a matriz de riscos 192
IV.ii Imprevisibilidade de manutenção da parte inicialmente responsável pelo risco se manter como melhor opção 195
IV.ii.a Exemplo 1 – existência de seguros – caso fortuito e força maior 195
IV.ii.b Exemplo 2 – Criação de eixo paralelo pelo Poder Concedente, sendo o risco de demanda da Concessionária 196
IV.ii.c Exemplo 3 – O rápido desenvolvimento tecnológico e o risco de novas tecnologias no setor de transporte coletivo 196
V Conclusão 197
Referências 198

Considerações sobre as autorizações em serviços ferroviários
Joana Schmidt Artes 201
1 Introdução: o setor ferroviário e a "inovação" da Medida Provisória nº 1.065/2021 201
2 Considerações doutrinárias sobre a autorização de serviço público 203
3 Uma lição histórica: a licença para exploração de serviços ferroviários no Estado de São Paulo e as *short lines* brasileiras 208
4 Conclusões 217
Referências 219

A fiscalização dos contratos de concessão de serviço público pelo Tribunal de Contas da União – fundamentos e limites
Luiz Paulo Ferreira Segundo 221
1 Introdução 221
2 A fiscalização dos contratos de concessão de serviço público 222
2.1 O dever de prestação de serviço adequado 222
2.2 A fiscalização externa dos contratos de concessão de serviço público pelo TCU 225
3 Os fundamentos normativos da fiscalização dos contratos administrativos pelo TCU 226
3.1 O controle externo na Constituição Federal de 1988 227
3.2 A Lei Orgânica do TCU 229
3.3 O regime interno do TCU 230
4 Limites à competência do TCU 231
4.1 O TCU pode realizar um controle prévio dos contratos de concessão de serviço público? 231
4.2 O TCU pode controlar os atos modificadores do contrato de concessão de serviço público? 234
4.3 O TCU pode suspender, ou sustar, contratos de concessão de serviço público? 238
5 Conclusão 239
Referências 240

Instruções para os autores 243